Revista Cacto
Ciência, Arte, Comunicação em Transdiciplinaridade Online
INSTITUTO FEDERAL
Sertão Pernambucano

# ESTRUTURA INTERSUBJETIVA DO AGIR ÉTICO

Uma abordagem do pensamento vaziano

*INTERSUBJECTIVE STRUCTURE OF ETHICAL ACTION*

*An approach to Vacant thought*

Daniel da Silva Gomes[1]

Francisco Jardyson Mendes da Silva[2]

Pedro Henrique Carvalho dos Santos[3]

## RESUMO

O ser humano é um indivíduo de relação, e, para que haja a sua autoafirmação concreta como *eu*, necessita das teias de relações em que vive, do encontro com o *outro*. Tais relações são entendidas em três níveis: pessoal, comunitário e civil. Nesse sentido, é válido pensar uma ética baseada na relação de reciprocidade entre os seres humanos, sob a ótica de reconhecer no *outro* a possibilidade de uma construção da própria identidade. Podemos compreender a estrutura intersubjetiva do agir ético a partir de três dimensões: universalidade, particularidade e singularidade. A reflexão deste trabalho partiu do problema da globalização e da utilização, na sociedade moderna, da pessoa humana como meio, e não como um fim. A partir dessa reflexão, objetivamos compreender o modo pelo qual as relações humanas construam uma comunidade ética, tendo como referencial teórico o pensamento vaziano.

**Palavras-chave:** Agir ético. Intersubjetividade. Lima Vaz. Razão prática.

## ABSTRACT

The human being is a relation individual. For their self-affirmation as a self to become concrete, it is necessary an encounter, within the web of relationships that

[1] Graduando em Filosofia do Seminário São José de Petrolina – PE. E-mail: ddagomes801@gmail.com
[2] Graduando em Filosofia pela Faculdade Católica de Fortaleza - CE. E-mail: jardysonfjmds@gmail.com
[3] Graduando em Filosofia pela Faculdade Católica de Fortaleza - CE. E-mail: contatopedrohcs@gmail.com

they live, with the other. Such relationships can be understood as belonging to three levels: personal, community-wide, and civil. Thus, it is reasonable to consider a type of ethics based on the reciprocity relationship between human beings, under the viewpoint of recognizing in the other the possibility of the construction of one's own identity. The intersubjective structure of the ethical acting can be understood as having three dimensions: universality, particularity, and singularity. The reflection discussed in this paper originated from the problem of the globalization and utilization, in modern society, of the human person as a means, as opposed to an end. Based upon this observation, we intend to understand the way in which human relationships build an ethical community, having as a theoretical standpoint the thought of Lima Vaz.

**Keywords:** Act ethical. Iintersubjectivity. Lima Vaz. Practical reason.

## INTRODUÇÃO

Henrique Cláudio de Lima Vaz, sacerdote católico e filósofo brasileiro de grande importância, buscou compreender a realidade social sob diversas perspectivas, e seu pensamento abrange aspectos éticos, políticos e religiosos (SILVA, 2013). Entre as suas principais obras, estão *Antropologia Filosófica* e *Escritos de Filosofia,* sendo dois volumes desta última dedicados à ética filosófica. A reflexão sobre a ética e sobre o *agir ético* é, aliás, uma constante no pensamento vaziano.

De acordo com Márie Ferreira (2007), Lima Vaz busca fundamentar o interesse pela ética na contemporaneidade sob diversas razões, principalmente a partir de uma crise espiritual, a qual está associada a um relativismo universal e a comportamentos carentes de referenciais éticos. De fato, tal crise levou a uma "dissolução do *ethos* clássico-cristão na sociedade moderna ocidental" (VAZ, 2000, p. 21).

Tal dissolução é acompanhada do processo de globalização e da expansão de uma razão utilitarista, na qual as relações humanas são baseadas sobretudo, por interesses econômicos, em que a pessoa humana é vista como um *meio,* e não como um *fim*. Ademais, segundo Herrero (2012), vivemos no que podemos chamar de *civilização da razão*, que se expandiu nos mais diversos âmbitos da sociedade. Porém, paradoxalmente, essa mesma razão não conseguiu "criar um novo paradigma

de racionalidade ética ou uma *ética universal* para uma civilização universal" (HERRERO, 2012).

Lima Vaz entende a ética como uma ciência prática, e seu pensamento é influenciado pelo conceito clássico de Platão e Aristóteles. Assim, ele pensa a razão prática como o modo mais efetivo para a função da ética, e deve ter como fim o Bem universal, opondo-se à razão utilitarista. Seu objetivo é redescobrir o "princípio capaz de inspirar respostas adequadas aos problemas atuais" (BROCHADO, 2023, p. 82), através da reminiscência do pensamento ético e da tentativa de retranscrição conceitual no tempo e no espaço histórico atual (FERREIRA, 2007). A ética adquire, dessa forma, um aspecto estrutural, que tem como objetivo a estrutura da *praxis* – o agir humano de acordo com o e*thos*.

Na perspectiva vaziana, o saber ético, parte imprescindível do *ethos,* é presente em toda a coletividade e, como tal, é preservado e transmitido, tendo a subjetividade da práxis uma singular importância nesse processo. Na conjuntura atual de valores supracitada, percebe-se que, além da subjetividade, também a intersubjetividade adquire papel fundamental na construção da comunidade ética, o que se contrapõe ao pensamento tradicional moderno, que "concebe o *Eu* como uma unidade auto-constituída, independente da existência de um *Outro* e de outros singulares e diferenciados" (COELHO JUNIOR & FIGUEIREDO, 2004, p. 10).

O encontro efetivo com o *outro* é, pois, dimensão constitutiva de autoafirmação do *eu*, e tal processo é baseado nos conceitos de *reconhecimento* e *consenso;* é o que Vaz afirma: "*reconhecer* a aparição do *outro* no horizonte universal do Bem e consentir em encontrá-lo em sua natureza de outro *Eu*, eis o primeiro passo para a explicitação conceitual da estrutura intersubjetiva do agir ético" (VAZ, 2000, p. 238).

Em Lima Vaz, o agir ético é estruturado, portanto, a partir da *subjetividade*, da *intersubjetividade* e, também, da *objetividade,* esta última relacionada ao conteúdo histórico de determinado e*thos*. Este trabalho tem como objetivo refletir sobre a *estrutura intersubjetiva do agir ético*, a partir das três dimensões que tal estrutura compreende: universalidade, particularidade e singularidade, e tem como problema o modo como a globalização influi no predomínio de uma mentalidade

utilitarista da pessoa humana no mundo contemporâneo, a fim de lançar luzes para a construção de uma comunidade ética.

## UNIVERSALIDADE DA INTERSUBJETIVIDADE DA RAZÃO PRÁTICA

Lima Vaz desenvolveu o seu pensamento sobre o Agir Ético a partir do modelo Hegeliano, onde pensou a universalidade, a particularidade e a singularidade como fases do movimento dialético. Essas fases seriam etapas cronológicas da práxis e não teriam realidade independente, prezando, assim, que esse sistema fosse aberto e que pudesse dialogar com os diversos contextos histórico-culturais. A primeira fase do sistema vaziano tem início na universalidade intersubjetiva da razão prática:

> Todo movimento dialético tem como momento inicial o momento da universalidade. Dele parte a sequência lógica dos momentos que irão integrar a estrutura inteligível do objeto que pretendemos compreender. Esse primeiro momento da universalidade irá mostrar-se como momento (dialeticamente) abstrato, devendo ser ulteriormente determinado pelos momentos da particularidade e da singularidade (Vaz, 2004, pág.64).

Segundo Lima Vaz (2000), embora abstrata, a universalidade intersubjetiva é constitutiva da comunidade ética, que pode ser definida como o espaço e o tempo da construção da *ipseidade* do sujeito, como uma possibilidade de encontro de natureza ética (SAMPAIO, 2006). Neste sentido, pode-se entender que um indivíduo humano que não mantém contato com outrem nas suas manifestações de existência é um indivíduo irreal. Além disso, as comunidades humanas são comunidades éticas por natureza, tendo em vista que toda sociedade tem seu *Ethos* intrínseco.

A universalidade da razão prática procede de sua ordenação constitutiva ao Bem e prossegue a termo até a gratuidade das relações entre os sujeitos *Eu e Tu* (VAZ, 2000). Para efetivar o seu processo de autoafirmação, o ser humano necessita desse encontro com o *outro,* só é pessoa na medida em que reconhece o *outro* como *outro eu*.

Tal encontro acontece através das formas universais do *reconhecimento* e do *consenso,* (OLIVEIRA,2008). A primeira diz respeito à ação de reconhecer a aparição

do *outro* no horizonte universal do Bem, através do conhecimento teórico-prático do Bem Universal, ou seja, a inteligência. Já a segunda corresponde ao consentimento em encontrar o *outro*, é a inclinação para o Bem e é definida como vontade. Essas duas formas geram um espaço, designado como espaço intencional de acolhimento do *outro*.

## RECONHECIMENTO E CONSENSO

O reconhecimento é baseado na linguagem, em que esta assume a natureza de diálogo, ou seja, de interlocução de pelo menos duas razões que se comunicam entre si (OLIVEIRA, 2008). Pode-se, dessa forma, considerar, o reconhecimento em dois níveis: o nível inferior e o nível superior (VAZ, 2000).

O nível inferior é caracterizado pela redução do *outro* a um estado de objeto, isto é, tem-se uma relação não ética de utilitarismo que transforma uma das partes em apenas *meio* e não em *fim em si mesmo*. Tal nível é alcunhado de relação senhor-escravo e está impregnado em muitas das estruturas sociais desde os primórdios das civilizações e continua subsistindo nos tempos contemporâneos como verdadeiro estigma.

O nível superior, por sua vez, é marcado pela gratuidade do amor e o evento da linguagem dialogal que nele se encontra. Distingue-se da mediação que acontece entre sujeito e objeto no nível inferior. A comunicação aqui acontece como interlocução que visa comunicar fins, valores e normas.

No tocante ao consenso, ele acontece no corpo histórico da comunidade ética e está sujeito a fatores psicossociais e culturais (DOWELL, 2004). O seu bom curso é garantir a eficácia na unificação da comunidade num conjunto de normas e instituições através da adesão da vontade dos sujeitos éticos ao Bem por meio da liberdade, e acontece de duas maneiras: a espontânea e a reflexiva.

A forma espontânea do consenso designa uma comunidade ética onde o saber ético assegura a coesão do *ethos*. O saber teórico-prático garante, nesse caso, que os indivíduos sejam espontaneamente integrados.

A forma reflexiva não acontece de maneira natural e necessita de uma educação ética para evidenciar e demonstrar as razões do *ethos* e regular as liberdades individuais através das normas e instituições em vista do consentimento do encontro com o outro no horizonte do Bem.

A norma leva em conta a passagem da convicção subjetiva do indivíduo à validade objetiva da lei. Já a instituição é uma grandeza social essencialmente normativa que visa proporcionar um quadro estável de exercício da lei (VAZ, 2000). A norma e a instituição tornam-se, desse modo, medidas coercitivas-educacionais reguladoras da sociedade sobre os indivíduos que buscam o exercício da reciprocidade ética.

## PARTICULARIDADE INTERSUBJETIVA DA RAZÃO PRÁTICA

Em uma tentativa de equalização do problema de racionalização *técnica*, considerado uma ameaça para a instituição, abordado no nível da universalidade, introduz-se o nível da particularidade intersubjetiva da razão prática. Denominando o nível de particularidade como um momento *abstrato*, assim como a universalidade, percebe-se que o encontro do *outro* pelo reconhecimento e pelo consenso necessita de situações para torná-lo concreto, somente assim, dentro desse terreno fértil de condições percebemos o agir ético no nível particular da razão.

Procurando tornar prático e até mais atual esse conceito, Lima Vaz expõe a civilização ocidental moderna, trazendo presente uma característica não tão presente até o momento, que é o aumento e consolidação no campo das necessidades e dos interesses, formando assim o que ele chama de "sistema das necessidades" que se faz presente como um verdadeiro terreno de condições, favorecendo o encontro. Logo, esse esquema de encontro torna voluntariamente menor o verdadeiro encontro com o outro pelo reconhecimento e pelo consenso, assumindo assim uma forma mais *reflexiva*, ou seja, que evidencie suas razões inerentemente éticas; daqui se consolidam e se disseminam os discursos das "éticas dos encontros" e das "éticas da comunicação".

Ora, para compreender a passagem do agir ético do momento de universalidade para a particularidade, antes de tudo, é necessário manter nítida a

diferença entre a estrutura causal do movimento e os fatores condicionantes que o tornam possível. Contudo, os grupos de condições representam a proporção do agir e do existir éticos. Padre Vaz afirma que é nesse campo que as ciências humanas apresentam sua proposta de *compreensão explicativa*, tendo em vista o enfoque metodológico de cada uma, isto é, a metodologia com que cada ciência se desdobra para estudar o seu objeto de estudo. Ele ainda acrescenta "esse tipo de compreensão é perfeitamente válida e enriquece nosso conhecimento dos componentes que integram e condicionam a situação fundamental do ser humano, qual seja a de viver eticamente dentro da estrutura comunitária de um *Nós*" (VAZ, 2000, p. 78).

Abrindo um parêntese para um melhor entendimento, podemos fazer um paralelo entre essa compreensão explicativa das ciências humanas e a teoria metafísica aristotélica no que diz respeito à sistematicidade do saber, já que Aristóteles afirma que toda substância (referindo-se a tudo que existe) é composta de matéria - características particulares e forma - organização da matéria (o conjunto dos particulares); e que a metafísica é a ciência mais elevada, ou seja, para ele, existe a ciência particular (física, biologia, psicologia etc) e a ciência geral que compreende a metafísica; nessa perspectiva, cada ciência particular tem o seu objeto próprio de estudo, e assim busca compreendê-lo. Logo, a junção desse particular de cada uma compreende o todo que ele denomina metafisica. Retornando à questão da vivência ética dentro da comunidade contextualizada pela compreensão explicativa das ciências humanas, Lima Vaz alerta para um risco de reducionismo à particularidade em si, gerando assim, a exclusão da universalidade. Diante desse cenário, "estaríamos em face de uma transgressão dos limites lógicos dentro dos quais procede a compreensão explicativa, e da prática de uma filosofia de cunho empirista incapaz de atingir o *porquê* do agir ético intersubjetivo na particularidade das situações" (VAZ, 2000, p. 79).

Lima Vaz afirma que é necessário seguir a estrutura causal que leva à compreensão necessariamente filosófica da particularidade:

> O *reconhecimento*, procedendo da inteligência ordenada ao universal do Bem, particulariza-se mantendo sua natureza de *causa formal* e, como tal, deverá informar as *condições* para assegurar a essência ética do ato. O *consenso*, fruto da vontade inclinada ao universal do Bem, age como causa

> *eficiente* ao realizar a especificidade ética do encontro na complexidade da *situação* (VAZ, 2000, p. 79).

No nível da universalidade, é nos apresentado uma relação de intercausalidade (*Cf*. VAZ, 2000, p. 71). Já no nível da particularidade, essa relação é de dupla causalidade, tal relação torna perceptível a observação empírica que mostra a variedade das condições e a variedade dos fatores condicionantes, permitindo observar o particular de cada cultura, por exemplo. Mesmo com essa pluralidade de condições, há um invariante que permanece inalterado: o *ethos*, orientando essas comunidades e tornando-as, por si próprias, humanas. Ora, sendo o *ethos* formado pela Razão Prática, a passagem dos níveis universal-particular se dá pela 'observação' do agir ético no abstrato (nível de universalidade) e sua efetivação concreta na situação (nível de particularidade).

"A relação intersubjetiva é, essencialmente, uma relação *recíproca*[4]" (VAZ, 2000, p. 80), realizando-se eticamente no *reconhecimento* e no *consenso*. Logo, o homem, inteligente e coberto de vontade, deseja formar uma comunidade, a partir de sua relação com os outros visando o bem universal, daí se reveste da dignidade *ética* de *fim*.

No nível da particularidade, encontra-se o problema de como preservar o espaço de uma autêntica reciprocidade dentro da comunidade ética. Lima Vaz acha arriscado deixar por conta dos indivíduos essa responsabilidade, até porque a considera ineficaz e, por isso, retoma os conceitos de *norma* e *instituição*, apresentados no nível da universalidade. Percebe-se aqui, mais uma vez, a relação entre os níveis de universalidade e particularidade. A resolução proposta por esses dois conceitos surgidos a partir da universalidade comprovam a particularidade por estabilizar e manter o consenso na reciprocidade; sustentando assim a ordem e, consequentemente, a ética naquela comunidade.

Se no nível de universalidade surge a necessidade de equacionar a ameaça da racionalidade prática da instituição, no nível de particularidade, além da preservação do espaço de reciprocidade, cabe ainda discutir sobre a ameaça que nos traz o conflito à dimensão do *reconhecimento* e do *consenso*. Falando Vaz sobre esse

[4] Ver na Antropologia Filosófica II, a categoria de intersubjetividade, op. cit., pp. 49-91.

conflito, caracteriza-o como conflito de interesses no interior do mesmo *ethos* e ainda explica-o com as teorias de Thomas Hobbes:

> A partir de Hobbes duas concepções da gênese ética e política da comunidade humana se defrontam: a que situa essa gênese na essencial ordenação do ser humano inteligente e livre ao Bem; ...e a que considera a aluta pela satisfação primigênia do ser humano e confere primazia ao conflito (VAZ, 2000, p. 81).

E continua:

> [...] Sendo, portanto o *conflito* um estágio ulterior da vida social e um acidente que assinala aos obstáculos de toda ordem levantados na rota da sua realização normal pela complexidade das situações. Já na segunda concepção, o ser humano é essencialmente um *solitário*, e a primeira manifestação de sua presença na natureza é a luta pela sobrevivência que lhe é imposta como fatalidade natural sob o duro império das necessidades *elementares* da vida (VAZ, 2000, p. 81).

Nessa perspectiva, a dimensão do reconhecimento é ameaçada pelo conflito de interesses, logo, é pelo reconhecimento e pelo consenso que o conflito é superado, tendo em vista não mais uma luta pela necessidade, mas agora pela sobrevivência, buscando assim, a proteção da sociedade.

Padre Vaz ainda faz menção ao conflito afirmando que este já se faz presente nas origens da ética e que tem na Ética platônica-aristotélica o modelo clássico de solução, em que resumidamente, a ideia do Bem institui a *ordem* no indivíduo e na *pólis*. Lima Vaz acredita que esse modelo já não mais é capaz de solucionar o conflito na sociedade moderna, tendo em vista a grande evolução que passou e passa até os dias de hoje. Sem conhecer fronteiras, a sociedade hodierna é acometida pelo que se pode chamar de 'globalização', para ele "o problema do *conflito* apresenta-se à nossa sociedade como um problema ético fundamental e para o qual várias soluções são propostas seja do ponto de vista jurídico seja do ponto de vista ético-político" (VAZ, 2000, p. 82).

No que se refere, por sua vez, à solução de conflitos, se nos ativermos à perspectiva hobbesiana "o fundamento do *consenso* goza apenas de uma necessidade hipotética" (VAZ, 2000, p. 83). Contudo, levando em consideração essa perspectiva, pode-se acontecer de regressarmos ao princípio estatal da guerra de todos contra todos. Se em vez desta, adotarmos a resolução clássica platônico-aristotélica, na qual, se apoia na ideia do Bem como solução dos conflitos particulares, nos

depararemos com uma "necessidade que corresponde à estrutura inteligível da natureza humana enquanto *social* por essência" (VAZ, 2000, p. 83). Por fim, se escolhermos uma em que "o conflito é o dado primitivo que caracteriza o estado do ser humano na natureza" (VAZ, 2000, p. 84), não se pode nem pensar o agir ético na intersubjetividade, em que se relacione com os níveis de universalidade e particularidade, com os conceitos de reconhecimento e consenso, entre outras formas próprias dessa dimensão. Dessa forma, conclui-se que "na lógica do *conflito*, a emergência do agir ético só pode ser pensada na dimensão da *particularidade* das situações, e ainda assim, permanece no nível empírico e não consegue ultrapassar os limites do individualismo" (VAZ, 2000, p. 84).

Portanto, "partindo do momento da *universalidade* e mediatizada pela *particularidade* das situações, a dialética do agir procede no sentido de alcançar a plena concretude do ato quando a *particularidade* é, por sua vez, suprassumida no momento da *singularidade*, na qual todo o movimento é interiorizado na *consciência moral social* dos participantes da comunidade ética" (VAZ, 2000, p.84).

## SINGULARIDADE INTERSUBJETIVA DA RAZÃO PRÁTICA

Partindo do conceito de consciência moral social, Lima Vaz inicia sua reflexão a respeito da última dimensão no campo da intersubjetividade. Ele propõe situar esta dimensão falando da consciência moral intersubjetiva como sendo análoga à consciência moral individual que no indivíduo tal consciência se evidencia na reflexão final do agir ético sobre si mesmo, como uma auto análise intrínseca à própria ação, dessa forma, compreender-se-á com mais clareza o momento singular intersubjetivo da Razão prática.

O indivíduo social se constitui como um corpo que possui caráter simbólico e histórico presente em toda a sociedade, enquanto cada sociedade pode ser entendida como um efeito da Razão prática em sua concreta existência intersubjetiva. Vaz nos leva à compreensão de que há uma consciência comum quando se adapta e se interioriza um mesmo sistema de normas, valores e afins. Tal consciência comum está presente, mesmo em menor grau que seja, em cada indivíduo. Logo, pode-se afirmar que "a *consciência moral social*, manifestando-se em graus diversos de presença refletida em toda e qualquer comunidade ética, é a

obra própria da Razão prática operando na *singularidade*, ou seja, na existência concreta do existir comunitário" (VAZ, 2000, p. 85)

> Para dar um exemplo que tende hoje a se tornar clássico, a civilização moderna assinala, pelo menos desde o fim do século XVIII, a emergência, na consciência social e política das noções que atingem o estágio do chamado 'estado de direito', do valor eminentemente ético dos direitos humanos, configurando a forma moderna fundamental da consciência moral social. (VAZ, 2000, p. 86).

Por outro viés, pode-se ocorrer a oposição entre a consciência moral individual e a consciência moral social, isto se dá pelo fato do indivíduo não querer aceitar, ou até mesmo se opor contra os aspectos formais próprios da consciência intersubjetiva, isto é, as normas, os valores, e equivalentes. Vaz explica que na sociedade atual, marcada pelo individualismo, a constância desse conflito é preocupante e em certo sentido, sem solução imediata. Com efeito, as respostas recomendadas têm permanecido no nível das condições, assim, deixando de lado a essência do indivíduo; sem nunca se interrogarem sobre a constituição do ser do sujeito a respeito da formação do viver humano societário.

Padre Vaz distingue três diferentes níveis estruturais na rede de relações do encontro intersubjetivo. Contudo, é instigante o fato dele ressaltar que tais níveis são apenas possibilidades, isso indica que estes graus de relação não se restringem apenas a eles mesmos, pelo contrário, podem haver tantos outros mais, abrindo assim à vida coletiva, uma infinita possibilidade de efetivações históricas.

Nível de *encontro pessoal*, nível do *encontro comunitário*, nível do *encontro societário*; são esses os níveis que, segundo ele, se ampliam concentricamente até englobar por total a consciência moral da sociedade, que por sua vez, proporcionam a forma de universal concreto o encontro com o outro.

O nível do encontro pessoal define-se pela proeminência da relação Eu-Tu que determina uma primeira e mais imediata forma da intersubjetividade. É nesse nível que identificamos a forma mais perfeita da reciprocidade na relação, estamos aqui diante de um vínculo entre dois sujeitos e além disso, compreendemos essa forma recíproca de reconhecer e acolher o outro como um Outro-Eu no horizonte do Bem, por esse motivo compreende-se tal perfeição. Tal nível é de tamanha importância pois funciona como uma base ideal para a realização dos próximos encontros, daí se

constitui as atitudes de *fidelidade* – que mantém a relação ética; a amizade – que preserva tal relação no horizonte do Bem; e o *amor* que pode ser a realização mais alta deste encontro.

O nível do encontro comunitário é caracterizado pela expansão da relação intersubjetiva, isto é, a partir de agora se pensa Eu-Tu-Ele(a) – o nós. Este funciona como uma mediação entre os outros dois graus do encontro. Antes de prosseguir, faz-se necessário, como apresenta Lima Vaz, compreender a distinção entre os conceitos de comunidade e sociedade, que mesmo entendidos como sinônimos, seus significados, no campo da estrutura intersubjetiva, são completamente diferentes. Fazendo isto segundo a proposta do sociólogo alemão Ferdinand Tönnies, na mais simples forma de compreender, temos que a comunidade é um pequeno grupo de sujeitos; já a sociedade seria a junção desses grupos entre si, ou até mesmo, numa compreensão vaziana, o encontro desses pequenos grupos. Tomando como exemplo uma cidade, poderíamos compreender cada bairro como uma comunidade, e a cidade em si, isto é, todos os bairros, como a sociedade.

No encontro comunitário prevalece a ação de aspectos racionais-afetivos. Os primeiros agem com a finalidade de isonomia, isto é, "agem no sentido da aceitação espontânea das normas do existir em comum e prescrevem a prática da justiça como *equidade* que não admite discriminações arbitrárias na participação dos bens da existência comunitária" (VAZ, 2000, p.88). "Os segundos conferem à vida em comunidade sua densidade de comunhão afetiva, estendendo ao reconhecimento e ao consenso multiplicados entre muitos indivíduos a eficácia aglutinante do *afeto*, presente na relação Eu-Tu ou no encontro pessoal." (VAZ, 2000, p. 88). Dessa forma, percebe-se que entre os níveis dos encontros pessoal e societário, o encontro comunitário é de fundamental importância enquanto desempenha o papel de mediador, pois é comumente por intermédio da experiência da participação comunitária e da figura de consciência moral social nela vivida que o sujeito se habilita para acender-se ao nível mais elevado do encontro no corpo social. Portanto, é nítida a concepção de que a comunidade prepara o indivíduo para a sociedade.

O nível do encontro societário destaca-se principalmente pela perda da qualidade na relação de reciprocidade, tendo em vista os níveis anteriores a ele. Isto se dá pois ele é o mais abrangente e tem o objetivo de unificar a alteridade de uma

multidão de indivíduos que, concretamente, estão longes entre si. Percebe-se que nos outros níveis, a reciprocidade da relação é estabelecida, antes de tudo, pelo sistema Eu-Tu. A partir do nível societário, são necessárias instâncias normativas pelo fato de não haver tantas relações intersubjetivas como nos outros níveis, isso porque estamos em uma sociedade, algo tanto quanto maior que uma simples comunidade. Aqui nem todos conhecem a todos, as relações precisam e devem ser mediadas. Trata-se, pois, de um modelo de encontro pontualmente instituído, isso tudo pela necessidade de jurisdições normativas e reguladoras essenciais à preservação ética do convívio social, sem elas, não se pode nem pensar o nível societário, pois assim, em vez de uma sociedade, teríamos uma espécie de choldra, pelo fato da desorganização dos sentimentos, vontades e ações dos indivíduos.

Se por meio das instâncias normativas e reguladoras dos indivíduos temos um modelo de sociedade exemplar,

> [...] que se apresenta como um "quadro de vida" ou uma "conexão de sentido", que permite a formação de uma consciência moral intersubjetiva (por exemplo, na forma de uma "consciência cívica") de caráter ético político, capaz de unir os indivíduos em sua qualidade de cidadãos, no mesmo gesto participativo quando se trata de definir rumos da sociedade como um todo (por exemplo, em eleições gerais). (VAZ, 2000, p. 89).

Temos, por outro lado, uma maior facilidade geradora da polaridade de ações positivas ou negativas perante o outro: "é o campo onde se faz mais nitidamente a aparição de fenômenos essencialmente antiéticos como a utilização, a dominação, a instrumentalização do *outro*." (VAZ, 2000, p.89). Em síntese, o terreno propício em que a sociedade é capaz de representar o rosto anti-humano, impiedoso e adulterado em sua essência ética – eis aqui o problema que surge na esfera societária.

A formação de uma consciência moral intersubjetiva no nível da organização social desdobra-se, na sociedade moderna, em múltiplos estratos intermediários entre a consciência comunitária, como acima foi explicada, e a consciência cívica. (VAZ, 2000, p. 89). Por sua vez, o fato ético essencial do encontro com o outro apresenta na sociedade hodierna uma imensa complexidade que se manifesta simbólica e estruturalmente – como os filósofos clássicos, Lima Vaz fraciona o problema para melhor apresentá-lo, desenvolvê-lo e solucioná-lo: simbólico por

apresentar-se como um ‘problema da comunicação’, “por exemplo, na enorme dispersão *semântica* das linguagens que circulam na vida social” (VAZ, 2000, p. 90) e estrutural por que diz respeito aos diversos níveis do encontro de que falamos anteriormente (níveis dos encontros pessoal, comunitário e societário). “Essa complexidade coloca finalmente um problema decisivo, qual seja o da extensão analógica por meio da relação intersubjetiva, da identidade ética do indivíduo a uma possível identidade ética da sociedade.” (VAZ, 2000, p. 90). Em outras palavras, surgem, a partir dessa complexidade dois questionamentos: é possível nos perguntar sobre a identidade ética de cada um? E a respeito de uma possível identidade ética da sociedade, ou do *ethos*? Lima Vaz nos diz que:

> podemos observar que, ao lado das tentativas teóricas para pensar essa identidade e em força do pressuposto fundamental de que não há sociedade humana sem seu *ethos* correspondente, a história contemporânea vê manifestarem-se em escala mundial exigências de natureza eminentemente ética como a do efetivo respeito dos direitos humanos, a da primazia do diálogo e da paz sobre os conflitos, a da aceitação da superioridade política do regime democrático, a do intercâmbio cultural de valores considerados universais, sejam eles religiosos, estéticos pedagógicos, etc... (VAZ, 2000, p. 90).

A globalização, com seu objetivo de formar uma sociedade mundial abrangendo as sociedades nacionais, implica diretamente no segundo questionamento, sobre sua identidade ética. Em suma, os problemas se caracterizam pela linguagem, pela estrutura e pela identidade, tudo isso contextualizado pela ausência da ética.

Para indicar uma possível solução ao problema em questão, Lima Vaz recorre ao questionamento da essência ética dessa mesma sociedade, assim, ele afirma que a partir do reconhecimento e da aceitação da sociedade ética como comunidade ética, as leis e normas éticas que governam e organizam as relações intersubjetivas passam a vigorar como leis e normas públicas e não apenas particulares. Dessa forma, essas instâncias reguladoras “passam então a reger e ordenar os indivíduos nas diversas esferas em que estes se fazem presentes como membros da sociedade e, portanto, como sujeitos das relações intersubjetivas.” (VAZ, 2000, p. 90). Entre essas esferas, Vaz enumera:

a) Esfera da *necessidade* – tanto os indivíduos como as sociedades precisam satisfazer suas próprias necessidades vitais. Nesta esfera, se destaca a categoria do *trabalho*. Este, por sua vez, tem uma significação ética que se dirige desde a sua relação com o direito, até seu âmbito social e político; como também, desde o seu aspecto cultural até o econômico.
b) Esfera da *afetividade* – também chamada de satisfação das necessidades subjetivas do indivíduo, pois cada sujeito tem suas necessidades próprias. Para o filósofo brasileiro, essa dimensão se estabelece principalmente nos níveis dos encontros pessoal e comunitário:

> nessa esfera, a relação intersubjetiva encontra seu terreno próprio na comunidade familiar e em pequenas comunidades dos mais diversos tipos. Aqui se fazem presentes alguns dos mais antigos paradigmas de vida ética, seja como ética familiar (nos diversos modelos de família que a história conhece), seja como ética comunitária (sobretudo em grupos religiosos ou, para criar um exemplo clássico, nas "comunidades de amizade" fundadas por Epicuro e seus discípulos) (VAZ, 2000, p. 91).

Entretanto, Lima Vaz ainda menciona um desafio que surge na modernidade, o "de natureza ética, provocado pela interferência, em escala local e mesmo mundial, dos poderosos meios de intercomunicação (TV, Internet...) no recesso mais íntimo das convicções e sentimentos individuais (VAZ, 2000, p. 91).

c) Esfera da *realização pessoal* – Essa esfera contém como espaço próprio a sociedade civil, isso implica que o indivíduo tem inúmeras formas de realização pessoal, isto é, a efetivação das satisfações de cada um. Todavia, "quanto mais ampla é a esfera na qual o sujeito é chamado a estabelecer com o *outro* formas distintas de relação intersubjetiva, tanto mais o espaço se abre para a formação de polaridades de atitudes positivas e negativas na relação com o outro" (VAZ, 2000, p. 91-92).
d) Esfera da *obrigação cívica* – é neste campo que Padre Vaz afirma uma "forma mais universal e eticamente mais elevada da relação intersubjetiva" (VAZ, 2000, p. 92), integrada de maneira fundamental na virtude da justiça como 'pena do país'. Esse fato dá-se pois "o reconhecimento eleva-se ao nível da máxima universalidade, e o *consenso* deve assumir uma forma eminentemente racional e livre" (VAZ, 2000, p.

92). Em todo caso, a probabilidade concreta de um corpo ético em nível universal permanece como uma incógnita, que, mesmo com tentativas de resolução com "respostas teóricas, seja no sentido da negação da possibilidade de um Estado mundial (Hegel), seja no sentido da sua formação futura implicada na tendência profunda da história para a constituição de uma comunidade política universal" (VAZ, 2000, p. 92), só poderá ser esclarecida com o desenrolar efetivo da história.

Neste momento da *singularidade*, Lima Vaz fecha seu pensamento com um apanhado da Razão prática enquanto agir ético intersubjetivo. Para ele, essa estrutura adquire a sua constituição ontológica na consciência moral social, em outras palavras, numa espécie de 'mente' solidária que integra os sujeitos na reciprocidade do reconhecimento e do consenso, atribuindo identidade ética à comunidade.

Levanta-se, então, o seguinte questionamento: o movimento da Razão prática, encerra-se, pois, no plano intersubjetivo?

A fim de concluir, padre Vaz responde:

> Nem o indivíduo nem a comunidade criam espontaneamente e continuamente seus valores, suas normas, seus fins. O indivíduo e a comunidade que se oferecem à nossa compreensão já se apresentam vivendo historicamente na realidade *objetiva* de um *ethos* que, formado lentamente ao longo dos tempos, revela em sua estrutura, certos *invariantes* conceptuais que não podem ser explicados pela relatividade histórica do próprio *ethos*, nem se identificam com as estruturas subjetiva e intersubjetiva do agir mas, enquanto transcendem essas duas esferas, exigem uma elucidação propriamente filosófica (VAZ, 2000, p. 93).

Diante disto, percebe-se que o indivíduo e a comunidade já se apresentam vivendo historicamente na realidade objetiva de um *ethos*. Cabe agora estuda-lo mais detalhadamente.

Findada essa exposição sobre a estrutura intersubjetiva do agir ético a partir das obras de Lima Vaz, é notório que essa mesma intersubjetividade é muito trabalhada nas reflexões atuais, porém ainda permanece um abismo quase intransponível entre a literatura ética e as autênticas atitudes morais nas relações intersubjetivas no planeta.

A solução, contudo, dos problemas já supracitados como: o problema de uma linguagem dialogal, da objetificação e instrumentalização, do estabelecimento e manutenção de normas e instituições adequados, de encontros que extrapolem o sistema das necessidades, do individualismo exacerbado e da perda da qualidade da reciprocidade é instituída no apontamento do agir ético para a ideia do Bem. Bem aqui compreendido como parte da estrutura inteligível própria da natureza humana e inerente a cada comunidade humana historicamente.

De tal maneira, não se pode fechar-se ao plano simplesmente intersubjetivo. É preciso avançar para a objetividade dos valores, considerando assim a metafísica, como ciência dos valores objetivos, e Antropologia filosófica porque tematiza sobre a abertura de um processo inerente e fundamental ao ser humano. Ou seja, é preciso considerar toda a obra para ter-se uma visão holística e ordenar tudo para o Bem.

> *"Só se abre à realidade objetiva na forma de um mundo humano porque movido intencionalmente pela sua ordenação profunda ao absoluto, seja o absoluto formal, como universalidade do Ser, seja o absoluto real, Deus"* (Lima Vaz)

**REFERÊNCIAS**


ALVES CAVALCANTE, Germano; BATISTA FARIAS JUNIOR, João. O ensino de Filosofia e a responsabilidade. **Re(senhas)**, v. 1, n. 1, p. e24003, 2024. DOI: 10.71263/5gjtvd80. Disponível em: https://resenhas.ojsbr.com/resenhas/article/view/2. Acesso em: 2 out. 2025.

BROCHADO, Mariah. Inteligência Artificial e Ética: Um diálogo com Lima Vaz. **Kriterion**. Belo Horizonte, nº 154, Abr./2023, p. 75-98. Disponível em: https://doi.org/10.1590/0100-512X2023n15404mb

COSTA, R. R. da. Ética do Futuro, Responsabilidade e Justificação em Hans Jonas. **Kalágatos**, v. 20, n. 2, p. eK23036, 2023. Disponível em: https://revistas.uece.br/index.php/kalagatos/article/view/10663. Acesso em: 2 out. 2025

FERREIRA, Márie dos Santos. A natureza filosófica da ética segundo Lima Vaz. **Polymatheia.** Fortaleza, v. 3, n. 4, p. 237-249. 2021. Disponível em: https://revistas.uece.br/index.php/revistapolymatheia/article/view/6533. Acesso em: 2 out. 2025

HERRERO, Francisco Javier. Aspectos fundamentais da antropologia filosófica do padre Vaz. **Dom Hélder,** Belo Horizonte, v. 1, n.2, 2004. p. 53-61.

OLIVEIRA, Cláudia Maria Rocha de; CARDOSO, Delmar. AÇÃO ÉTICA INTERSUBJETIVA NA ÉTICA FILOSÓFICA DE LIMA VAZ. **Síntese: Revista de Filosofia**, v. 35, n. 113, p. 405–422, 2008. DOI: 10.20911/21769389v35n113p405-422/2008. Disponível em: https://faje.edu.br/periodicos/index.php/Sintese/article/view/104. Acesso em: 2 out. 2025.

SILVA, Antônio Marcos da. Ética e intersubjetividade: a filosofia do agir humano segundo Lima Vaz. **Cadernos IHU,** Rio Grande do Sul, v. 11, n. 42, 2013. p. 5-47.

MAC DOWELL, João A. Aspectos fundamentais do pensamento ético de padre Vaz. **Veredas do direito,** Belo Horizonte, v 1, n. 2, 2004. p. 63-79.

SOUSA, M. C. de. Antropologia e mística em Lima Vaz. **Kairós,** Fortaleza, v.12, 2015. p.126-142.

VAZ, Henrique Cláudio de Lima. Estrutura intersubjetiva do agir ético**. Escritos de Filosofia V.** Edições Loyola, São Paulo, 2000. p 67-85.